

GENTRIFICAÇÃO E POLÍTICAS DE AUSTERIDADE IMPACTOS NA SAÚDE E NO ACESSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

POLÍTICAS DE GENTRIFICACIÓN Y AUSTERIDAD IMPACTOS EN LA SALUD Y EL ACCESO DE LA POBLACIÓN SIN HOGAR

GENTRIFICATION AND AUSTERITY POLICIES IMPACTS ON THE HEALTH AND ACCESS OF THE HOMELESS POPULATION

Carlos Eduardo de Oliveira Mazoni¹

Fernanda Xavier Arena²

Resumo

O artigo investiga a relação entre neoliberalismo, austeridade e gentrificação com o aumento da população em situação de rua e suas condições de saúde e acesso a serviços. Contribui ao mostrar como essas políticas prejudicam as populações marginalizadas. Utiliza uma abordagem qualitativa com revisão de literatura das bases Web of Science e Scopus. Os resultados indicam que políticas neoliberais e de gentrificação intensificam a exclusão social e dificultam o acesso a serviços de saúde e suporte, agravando a vida desta população. Conclui que tais políticas aumentam a vulnerabilidade e comprometem a saúde e bem-estar dessa população.

Palavras-chave: gentrificação; austeridade; população em situação de rua; saúde.

Resumen

El artículo investiga la relación entre el neoliberalismo, la austeridad y la gentrificación con el aumento de la población sin hogar y sus condiciones de salud y acceso a los servicios. Contribuye al mostrar cómo estas políticas perjudican a las poblaciones marginadas. Utiliza un enfoque cualitativo con revisión de la literatura de las bases de datos Web of Science y Scopus. Los resultados indican que las políticas neoliberales y de gentrificación intensifican la exclusión social y dificultan el acceso a los servicios de salud y apoyo, empeorando la vida de esta población. Concluye que tales políticas aumentan la vulnerabilidad y comprometen la salud y el bienestar de esta población.

Palabras clave: gentrificación; austeridad; población sin hogar; Salud.

Abstract

The article investigates the relationship between neoliberalism, austerity and gentrification with the increase in the homeless population and their health conditions and access to services. It contributes by showing how these policies harm marginalized populations. It uses a qualitative approach with literature review from the Web of Science and Scopus databases. The results indicate that neoliberal and gentrification policies intensify social exclusion and hinder access to health and support services, worsening the lives of this population. It concludes that such policies increase vulnerability and compromise the health and well-being of this population.

Keywords: gentrification; austerity; homeless population; health

¹ Mestrando, bolsista do CNPq, em Ciências Sociais – Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de formação, graduado em Educação Física – Licenciatura, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2010) e graduando em Serviço Social – Universidade La Salle. Com atuação no campo da assistência social e da educação social. E-mail: carlos.mazoni@edu.pucrs.br. ORCID: 0009-0006-6593-2353.

² Assistente Social. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política / PUCRS. Bolsista PDI Programa Inova – Fiocruz/Fapergs – Rede Saúde/RS. Doutora em Psicologia pela Universitat de València (2018). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI). E-mail: fernanda.arena@edu.pucrs.br. ORCID:0000-0002-4675-1630.

1 Introdução

Historicamente, o surgimento da propriedade privada culminou na manutenção de uma camada de excluídos e rejeitados, em todas as formações sociais (Pompeu; Siqueira; Palhares, 2021), com pessoas destituídas de suas casas, seu labor e suas vidas e que se viam obrigadas a trocar sua força de trabalho nas indústrias nascentes das grandes cidades (Tiengo, 2016). Conforme Cunda e Silva (2020, p. 4), “o progressivo desatrelamento à subsistência campesina, que provocou um efeito de desamparo importante, transpondo a posição de servidão no campo para a vivência da pobreza na cidade”.

Neste sentido, “a vitória do capitalismo significou um crescimento sem precedentes nas desigualdades de desenvolvimento econômico, e também nas desigualdades sociais” (Coggiola, 2017, p. 72).

Atualmente, mais de 1,8 bilhão de pessoas não possuem uma habitação adequada em todo o mundo, além disso, estima-se, 15 milhões de pessoas são despejadas à força de seus locais de moradia todos os anos e aproximadamente 150 milhões ficam sem abrigo (ONU, 2019). Conforme apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Natalino, 2023, p. 11) “estima-se que, em 2022, existiam 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil. O número é 38% maior que o valor estimado em 2019, e 211% superior ao estimado uma década atrás, em 2012”. Isso, em números absolutos, significa dizer que em 2012 estimava-se haver 90.480 pessoas em situação de rua no Brasil, em 2019, estimava-se 204.660 pessoas nessa condição, chegando ao total de 281.472 pessoas em situação de rua no ano de 2022, sendo que, 87% são homens, com maior representatividade de pessoas pretas em idade adulta (Brasil, 2023).

Conforme a *Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri* (FEANTSA, 2005), responsável pela elaboração da Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional (ETHOS), as pessoas em situação de rua classificam-se em: Sem Teto (pessoa ou grupo sem qualquer tipo de abrigo e que dormem nas ruas); Falta de Moradia (pessoa ou grupo que possui lugar para dormir temporariamente em instituições ou abrigos); Habitação Insegura (pessoa ou grupo ameaçado de exclusão severa por conta de arrendamentos inseguros, despejo, violência doméstica) e; Habitações Inadequadas (pessoa ou grupo que vive com superlotação extrema, ocupações ilegais, em alojamentos com condições inadequadas).

O próprio Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) (2020b, p. 4) caracteriza a situação de rua como:

uma situação em que uma pessoa ou um grupo de pessoas que compõem um lar não têm um espaço habitável, o que pode comprometer sua capacidade de desfrutar de relações sociais. Isso inclui pessoas que vivem nas ruas, em outros espaços abertos ou em edifícios não destinados à habitação humana, assim como aquelas que residem em alojamentos temporários ou abrigos para pessoas sem-teto.

Levando em conta sua própria definição, a ONU (2019) afirma que historicamente não se verificam precedentes comparáveis à atual crise de habitação e alerta que este fenômeno não vem sendo causada pela diminuição de recursos ou tampouco por uma desaceleração da economia, pelo contrário, suas causas são o crescimento econômico, a expansão e o aumento da desigualdade. Em seu programa para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), que atua objetivando o desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, a ONU identifica que a questão relacionada às populações que se encontram em moradias instáveis e sem moradia estão diretamente relacionadas a dez Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo especificamente: ODS 1 erradicação da pobreza; ODS 3 saúde e bem-estar; ODS 4 educação de qualidade; ODS 5 igualdade de gênero; ODS 6 água potável e saneamento; ODS 7 energia limpa e acessível; ODS 8 trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 redução das desigualdades; ODS 11 cidades e comunidades sustentáveis e; ODS 16 paz, justiça e instituições eficazes (ONU, 2020c).

Tendo em conta o exposto acima, o presente artigo tem como objetivo identificar a relação entre fenômenos como o Neoliberalismo, as políticas de austeridade e a gentrificação com o aumento da População em Situação de Rua (PSR), assim como identificar as influências destes fenômenos nas condições de saúde e de acesso à serviços pela PSR.

2 Percurso metodológico

Para o alcançar dos objetivos propostos, o presente artigo configura-se como um estudo de abordagem qualitativa, o qual realizou-se a partir de uma revisão de literatura. O estudo foi conduzido entre os meses de março e maio de 2024, utilizando-se das bases de dados *Web of Science* e *Scopus*. Utilizou-se para a pesquisa na base de dados as palavras-chave: “*Homeless*”, “*Homelessness*” e “*Gentrification*”, acompanhadas dos operadores booleanos “AND” e “OR”. Foram considerados apenas artigos originais, realizados nos idiomas português, inglês e espanhol e publicados nos últimos dez anos (2013-2023). Inicialmente, efetuou-se o cruzamento dos descritores em cada base de

dados, totalizando cento e vinte e dois (122) resultados encontrados, os quais foram exportados para o aplicativo web Rayyan. Após uma primeira análise, trinta e oito (38) artigos foram deletados por duplicidade, restando oitenta e quatro (84) para análise de títulos e resumos. Após a leitura de títulos e resumos, foram excluídos cinquenta e seis (56) artigos, por não tratarem da temática ou da população em questão, restando um total de vinte e oito (28) artigos para realização de leitura integral. Com a realização da leitura integral dos artigos, quatorze (14) foram excluídos por não estarem alinhados à temática do presente artigo, e um (01) por falta de acesso, sendo inserido para esta revisão um total de treze (13) estudos.

O detalhamento com autores, ano, título da publicação, país de origem e local de publicação dos estudos analisados podem ser observados através do Quadro 1.

Quadro 1: Características gerais dos estudos analisados

Autor	Ano	Título do artigo	Local	Revista
Agbaje, E.	2013	Modernisation, Urban Renewal and the Social Cost of Development	NGA	Mediterranean Journal of Social Sciences
Chattoo <i>et al.</i>	2021	“The Rent Is Too Damn High”: News Portrayals of Housing Security and Homelessness in the United States	EUA	Mass Communication and Society
Brimblecombe, Dorling e Green	2020	Who still dies young in a rich city? Revisiting the case of Oxford	UK	Royal Geographical Journal
Careless, J.	2022	Trapped in liminality: homelessness in Toronto during COVID-19	CAN	Studies in Political Economy
Collins, Stuart e Janulis	2022	Policing gentrification or policing displacement? Testing the relationship between order maintenance policing and neighbourhood change in Los Angeles	EUA	Urban Studies
Dozier, D..	2019	Contested Development: Homeless Property, Police Reform, and Resistance in Skid Row, LA.	EUA	International Journal of Urban and Regional Research
Eisenberg, A.	2017	“A Shelter Can Tip the Scales Sometimes”: Disinvestment, Gentrification, and the Neighborhood Politics of Homelessness in 1980s New York City.	EUA	Journal of Urban History
Evans, Collins e Chai	2019	On thin ice: Assembling a resilient service hub the city: infrastructure, informality, and the politics of maintenance	CAN	Area
Gillespie, Hardy e Watt	2021	Surplus to the city: Austerity urbanism, displacement and ‘letting die’	UK	EPA: Economy and Space
Hess e Stevenson-Blythe	2022	Infrastructural reuse projects, lost spaces, and spaces of homelessness: a case study on the Bentway in Toronto	CAN	Journal of Urbanism

McIntosh, Anguelovski e Cole	2023	"The trauma machine expands faster than our services": Health risks for unhoused people in an early-stage gentrifying area	EUA	Health and Place
Roy, P.	2018	"Welcome in my backyard" but on my terms: making sense of homeless exclusion from renewed urban spaces in Copenhagen	DNK	GeoJournal
Ruiz et al.	2022	The Impact of Housing Insecurity on Access to Care and Services among People Who Use Drugs in Washington, DC	EUA	International Journal of Environmental Research and Public Health

Fonte: Elaboração dos autores

3 Resultados e discussão

A leitura e análise dos artigos revelou a importância da construção de ações consistentes, contínuas, planejadas e monitoradas, podendo construir garantias de proteção a esta população. Neste sentido, revela-se a influência da tendência existente, nos países do norte global, de adoção de uma política neoliberal e de financeirização do mercado habitacional, acarretando muitos casos de abandono das políticas de *welfare state* ou estado de bem-estar social, causando graves consequências para as populações marginalizadas, neste caso, em especial, a população em situação de rua.

Para melhor compreensão, o presente artigo foi dividido em dois tópicos temáticos que permeiam os trabalhos analisados, sendo a seguinte estrutura: 3.1 Neoliberalismo, austeridade e gentrificação e 3.2 Influências na saúde da população e no acesso à serviços.

3.1 Neoliberalismo, austeridade e gentrificação

Nas últimas décadas, diversos Estados adotaram políticas de cunho neoliberal, as quais tem sua implementação tanto através de guerras quanto através de uma ação silenciosa por meio do auxílio de organizações financeiras, blocos de países, propagandas contrarreformas estruturais, tendo, em ambos os casos, a consequência do enfraquecimento da democracia e das instituições responsáveis pela garantia de direitos (Casara, 2021). Conforme Dardot e Laval (2016) a atuação neoliberal mostra-se competente em estruturar governantes e governados como base em um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que inauguram uma nova forma de governar. Neste contexto, as pessoas que não conseguem estabelecer seu funcionamento, dentro da lógica neoliberal, são responsabilizadas por suas escolhas, devendo, necessariamente, arcar com este "custo" (Dardot; Laval, 2016),

Para Roy (2018), a evolução histórica do neoliberalismo e sua influência suave e seletiva, é utilizada para disciplinar os pobres, não sendo totalmente desprovida de compaixão estatal, sendo estas apresentadas como uma tentativa de promover a sustentabilidade social e ambiental.

Em contrapartida, Hiam *et al.* (2017) propõem que a austeridade (uma das faces do neoliberalismo) representa a causa mais provável do aumento no número de mortes da população idosa, particularmente dependente do sistema de saúde e de assistência social funcional, principalmente no ano de 2015, no qual observou-se um momento das políticas de austeridade e de cortes nas políticas de saúde e cuidados sociais. Nesta mesma linha, Brimblecombe, Dorling e Green (2020) ressaltam que as populações mais vulneráveis tendem a ser mais sensíveis aos cortes de financiamento. Desta forma, as mais distintas “vidas precárias” circulam cotidianamente pelo espaço urbano, vivenciando o fato de suas vidas não serem valorizadas como vidas pelo conjunto da sociedade.

Wacquant (2016) considera que a propagação e a normalização da insegurança social nas classes mais pobres, bem como seu impacto ramificado nas estratégias de vida e nos territórios mais precarizados, trata-se da nova questão social do século XXI. Assim, “em uma sociedade desigual, vidas são hierarquizadas, classificadas como dignas ou não [...] de ‘enlutabilidade’; algumas vidas são passíveis de enlutamento quando perdidas, enquanto outras são facilmente esquecidas” (Viana, 2023, p. 36). Por dizer de outra forma, temos incutido as vidas que não merecem ser choradas, sendo estas, em geral, a vida de populações minoritárias, como a população em situação de rua, população LGBTQIA+, população negra, população periférica, entre outras minorias socialmente excluídas.

“O redimensionamento do Estado sob o urbanismo de austeridade produziu regimes localizados de chauvinismo social que resultaram na deslocação dos pobres ‘indignos’” (Gillespie; Hardy; Watt, 2021, p. 1718). Conforme Sassen (2014) esta “lógica de exclusão” surge impulsionada pelo neoliberalismo e a globalização contemporânea, em clara oposição à lógica do Estado-providência do pós-guerra, o qual havia sido impulsionado por uma “lógica de inclusão”.

Este mesmo urbanismo de austeridade “envolve não só a deslocação de uma classe (trabalhadora) por outra (média-alta), mas também a transformação do estatuto de classe dos deslocados, de trabalhadores para excedentários” (Gillespie; Hardy; Watt, 2021, p. 1725).

Esta lógica de exclusão veste-se com as roupas de uma regeneração urbana, sendo parte de uma estratégia de gentrificação neoliberal (Hess; Stevenson-Blythe, 2022). A gentrificação tem sido considerada um fenômeno multifacetado, “a socióloga britânica Ruth Glass, que cunhou o termo ‘gentrificação’ em 1964, usou-o para descrever o influxo de pessoas de classe média deslocando residentes trabalhadores de classe baixa em bairros urbanos” (Agbaje, 2013, p. 319).

Trata de um processo económico estrutural (Smith, 1987), definido como o aumento simultâneo de residentes não pobres e a diminuição do número de pessoas na pobreza em determinada região da cidade (Collins; Stuart; Janulis, 2022) e, uma vez que tenha se iniciado, ela prossegue rapidamente até que todos os ocupantes originais de classe trabalhadora tenham sido deslocados e o caráter social da região modificado, auxiliando na demonização de qualquer elemento que a classe média considere com o significado de instabilidade (Careless, 2022).

A gentrificação refere-se amplamente ao processo de deslocamento de ocupantes existentes de baixa renda de um bairro ou comunidade com residentes mais ricos à medida que é renovada [...] além disso, os efeitos deletérios da gentrificação afetam desproporcionalmente as minorias raciais e étnicas, diretamente através da demolição de habitações públicas (Chattoo *et al.*, 2021, p. 556–557).

Ademais, o processo de gentrificação costuma ocorrer em bairros em declínio, com poucos recursos e majoritariamente formado por minorias envolvendo investimento económico e fontes crescentes de injeção de capital e migração interna de pessoas (Ruiz *et al.*, 2022).

Obviamente é necessário reconhecer que “os indivíduos sem casa não são a única população que sofre com traumas advindos da gentrificação, mas que o vivenciam de uma forma única, muitas vezes mais intensa e com menos meios para se organizar e resistir” (McIntosh; Anguelovski; Cole, 2023, p. 2). Além desta escassez de meios de defesa, a população em situação de rua enfrenta um status social de constante ambiguidade, sendo constantemente posicionados entre a exclusão e, conseqüentemente, a invisibilidade por parte de quem os rodeia e, ao mesmo tempo, uma hipervisibilidade, quando vistos como transgressores do “reino da normalidade” (Careless, 2022, p. 223).

3.2 Influências na saúde e no acesso à serviços

Como foi possível observar na seção anterior, as populações mais vulneráveis, sendo a população em situação de rua uma das mais vulneráveis entre elas, sofrem com maior intensidade os efeitos da gentrificação e dos deslocamentos. Esta maior intensidade não se deve apenas ao gravíssimo fato relacionado à perda da moradia ou do espaço habitado, “as consequências da deslocação são complexas e incluem constelações mutáveis e co-constitutivas de vulnerabilidades relacionadas com o emprego e cuidados e a saúde” (Gillespie; Hardy; Watt, 2021, p. 1725).

Conforme Chattoo *et al.* (2021), as pessoas em situação de rua são as mais vulneráveis à privação sistemática devido ao stress crônico ou intermitente, produzidos ou potencializados pela vivência nas ruas. Isso fica demonstrado no estudo realizado por Evans, Collins e Chai (2019), que apresentam dados estarrecedores, em seu trabalho constata-se que, apenas em Edmonton (Canadá), desde 2012, 599 mortes foram atribuídas à pessoas em situação de rua, em grande parte devido aos longos e rigorosos invernos, quando a temperatura atinge marcas abaixo de -20°C, expondo-lhes aos riscos de saúde relacionados.

Em Oxford, Reino Unido, o fechamento de albergues, a diminuição de vagas, a grande inacessibilidade de uma moradia privada e a redução do número de moradias sociais resultou na dispersão das pessoas em situação de rua pela cidade, e até mesmo para fora dela, aumentando as dificuldades de acesso aos serviços de suporte (Brimblecombe; Dorling; Green, 2020), assim, as pessoas afetadas vivenciam “a separação das redes de emprego, educação e cuidados e a erosão da sua saúde física e mental” (Gillespie; Hardy; Watt, 2021, p. 1726).

Não obstante, “a presença da polícia está aprofundando o trauma que as pessoas desalojadas têm quando recebem serviços de cuidados e aumentando o seu sentimento de desconfiança e desconforto nesses serviços.” (McIntosh; Anguelovski; Cole, 2023, p. 7), para Dozier (2019, p. 185) “os agentes da polícia desumanizaram a geografia já desigual dos sem-abrigo, equiparando a sua prática a uma prática eficaz para salvar as ruas da cidade”. Em concomitância com as ações policiais repressivas e desumanizantes, o movimento *NIMBY*³ auxiliou na repressão de esforços para a construção de habitações

³ Segundo o *Canadian Observatory on Homelessness*, trata-se de um acrônimo para “*Not In My Backyard*” – em português “Não No Meu Quintal” - descreve o fenômeno no qual os residentes de um bairro se opõem a um novo empreendimento (por exemplo, abrigo, habitação acessível, casa coletiva) ou mudança na ocupação de um empreendimento existente como inadequado ou indesejado para a sua área local. A oposição à habitação acessível, de apoio ou transitória baseia-se geralmente nas características assumidas da população que viverá no

com preços acessíveis em regiões que poderiam ser direcionadas ao desenvolvimento mais sofisticado (Careless, 2022). Em seu estudo, Eisenberg (2017) relata que, ainda que a população novaiorquina demonstrasse simpatia pelas pessoas em situação de rua e demandasse do governo municipal o fornecimento de auxílio e abrigo para estas pessoas, a maioria deles mostrou-se resistente aos esforços para instalação de abrigos e outros serviços nos seus bairros.

Como constatado por Ruiz *et al.* (2022), o avanço da transformação dos bairros, através da chegada de empresas e, simultaneamente, residentes mais ricos, acarreta na retirada de moradores mais antigos, especialmente os mais vulnerabilizados economicamente, enviando-os para localidades muitas vezes a grande distância de suas redes de apoio. O deslocamento destas pessoas para “áreas da cidade com as quais estavam menos familiarizados, tornou-as mais vulneráveis ao crime violento e diminuindo o seu acesso a recursos e prestadores de cuidados” (McIntosh; Anguelovski; Cole, 2023, p. 8).

Ainda para McIntosh, Anguelovski e Cole (2023) a gentrificação tem impacto na saúde das pessoas sem-abrigo de quatro maneiras principais, que, em conjunto acarretam no que chamaram de “máquina de trauma”. A primeira forma trata de reduzir e comprometer os espaços de segurança contra crimes violentos, a segunda trata da diminuição dos serviços públicos, a terceira está relacionada com a ameaça à qualidade dos cuidados de saúde e a quarta com o aumento da probabilidade de deslocação e trauma associado (McIntosh; Anguelovski; Cole, 2023). Vale destacar que “a ameaça de deslocação também conduziu frequentemente a problemas de saúde, resultando em desemprego” (Gillespie; Hardy; Watt, 2021, p. 1722).

Em seu estudo, Ruiz *et al.* (2022) identificou que a situação habitacional representa impacto significativo no acesso das pessoas aos cuidados com as pessoas que se encontram alojadas em moradias instáveis ou desabrigadas apresentando maiores dificuldades para efetivação de acesso aos serviços. Da mesma forma, os autores identificaram “evidências substanciais que confirmam que a falta de habitação estável representa uma barreira ao acesso a serviços de saúde adequados, incluindo cuidados de HIV e tratamento de saúde comportamental” (Ruiz *et al.*, 2022, p. 2). Para McIntosh, Anguelovski e Cole (2023, p. 2) “os processos de gentrificação aumentam os traumas

empreendimento. Os argumentos comuns são que haverá aumentos na criminalidade, lixo, roubos, violência e que os impostos sobre a propriedade irão diminuir. Os benefícios para os moradores do empreendimento são frequentemente ignorados.

emocionais e físicos, pois contribuem para os padrões de deslocabilidade e perda permanentes presentes em grupos historicamente marginalizados”, acarretando, com maior frequência na exacerbação de preocupações médicas.

Essa potencialização de preocupações médicas e dificuldade de acesso aos serviços de saúde tornou-se ainda mais nítida quando do surgimento da pandemia de Covid-19, na qual, medidas de proteção inacessíveis misturaram-se com práticas excludentes, acarretando graves consequências tanto para a saúde física quanto mental.

No Canadá, “os governos federal e provincial reconheceram que cidades, como Toronto, não tinham opções de habitação a preços acessíveis para servir aos vulneráveis durante a pandemia” (Careless, 2022, p. 231), assim como no Brasil, “a falta de condições habitacionais e o não acesso a serviços essenciais, se mostram como empecilhos intransponíveis para o isolamento social efetivo” (Pompeu; Siqueira; Palhares, 2021, p. 232). Essas condições precárias de moradia fazem com que “os resultados de saúde para as pessoas que permanecem fora de casa são complexos e graves. Indivíduos que vivem em acampamentos também estão vulneráveis ao risco de contrair a COVID-19. (Careless, 2022, p. 230).

Portanto, infelizmente, não surpreende a constatação de Careless (2022, p. 222), ao relatar que,

os riscos para a saúde associados à pandemia afetaram especialmente os sem-abrigo, que, durante décadas, viram o seu bem-estar social corroído pelos efeitos combinados das forças locais, regionais e globais de reestruturação política e econômica que ajudaram a excluí-los do acesso público.

Como uma tentativa mal-acabada de cuidado, durante o período pandêmico, diferentes orientações voltadas a manutenção de hábitos saudáveis para o fortalecimento do sistema imunológico foram indicadas (como cuidado a alimentação, boas noites de sono, o não uso de substâncias psicoativas e ingestão de no mínimo dois litros de água por dia), reforçando a inacessibilidade apresentada. Brito *et al.* (2021) reforçam que a inserção destas ações - ainda que consideradas simples - “incidem de forma inexequível sobre aqueles sem casa, renda ou acesso à alimentação suficiente e à água corrente” (Brito *et al.*, 2021, p. 2).

Reforçando os graves danos acarretados pela pandemia de Covid-19, no ano de 2020, a Organização das Nações Unidas (2020a) relatou que sintomas de depressão e ansiedade aumentaram em três vezes, estando, as pessoas com doença mental, expostas a um risco ainda maior.

4 Conclusão

Como apresentado pelos estudos analisados, nas últimas décadas as transformações sociais têm ocorrido de forma cada vez mais dinâmica devido ao processo de globalização e de propagação da informação. Contudo, apesar da grande velocidade de crescimento impulsionado pela globalização, a desigualdade obtém cada vez mais corpo nas sociedades contemporâneas.

A substituição de políticas de bem-estar social por políticas de austeridade, impulsionadas em grande medida por um ideal neoliberal em expansão, tem exercido forte influência no desmantelamento de serviços direcionados a grupos minoritários, entre eles a população em situação de rua, o que reforça o aumento das desigualdades tanto dentro de países quanto entre eles.

Parece-nos inegável que, enquanto a população em situação de rua sofre diversas formas de violações dos direitos humanos, promovidas e fomentadas pelo abandono estatal e pela criminalização da pobreza, este mesmo Estado impulsiona o desenvolvimento do capital privado, beneficiando alguns poucos privilegiados.

O papel da gentrificação, enquanto um dos atores da dinâmica neoliberal, tem sido propiciar aos grandes agentes financeiros e às classes com maior poder aquisitivo, um território profícuo para sua expansão e perpetuação, ao mesmo tempo em que transforma as classes mais pobres, especialmente minorias étnicas e raciais, em sujeitos indignos, não passíveis de pena por sua própria debilidade ao não conseguirem encaixar-se ao modo de vida da sociedade neoliberal, reforçando um exército de sobrantes.

Entretanto, como vimos ao longo das seções anteriores, o processo associado de gentrificação e implementação de políticas de austeridade, não resulta somente na redução de moradias acessíveis para as pessoas de classes mais pobres, ou mesmo no envio destas pessoas ao espaço da rua. Resulta que, além de serem destinadas a moradias mais precárias ou ao relento, estas pessoas são impactadas diretamente pela redução de suas possibilidades de acessar suas redes de apoio, assim como serviços ligados à saúde, assistência, emprego e educação, consolidando um ciclo perpétuo de vulnerabilidades e de criminalização da pobreza.

Muito embora esta análise demonstre a existência de riscos para toda a população economicamente vulneráveis de uma área em processo de gentrificação, às pessoas em situação de rua vivenciam esta transformação de uma forma única, com sérios riscos de agravamento de sua saúde física e mental

Vale destacar que as consequências apresentadas parecem tratar de pequena parte das consequências às quais estão submetidas as populações mais vulneráveis. É necessário aprofundamento de estudos que busquem investigar os impactos psicossociais, possivelmente acarretadas pela desterritorialização, visto que não foi encontrado nenhum estudo que aborde aspectos relacionados ao rompimento com sentimentos de criminalização de pertencimento comunitário.

Além disso, nota-se predominância de estudos realizados em países pertencentes ao Norte Global, fazendo-se necessário a realização de estudos em países localizados no Sul Global, visto que também tem apresentado a proliferação dos ideais neoliberais, através da ascensão de líderes políticos que apregoam a redução do estado providência, além de outras características específicas de países ditos “em desenvolvimento”.

Ainda que quase a totalidade dos artigos analisados abordem as realidades de países do norte-global, foi possível identificar as principais características da gentrificação e das políticas de austeridade, bem como as principais consequências que estes fenômenos têm acarretado à saúde e ao acesso aos serviços por grupos vulneráveis, entre eles as pessoas em situação de rua.

Referências

AGBAJE, E. B. A. Modernisation, Urban Renewal and the Social Cost of Development. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, [s. l.], v. 4, n. 10, p. 318–324, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2013.v4n10p318>. Disponível em: <https://www.richtmann.org/journal/index.php/mjss/article/view/1193>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CHATTOO, C. B. *et al.* “The Rent Is Too Damn High”: News Portrayals of Housing Security and Homelessness in the United States. **Mass Communication and Society**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 553–575, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/15205436.2021.1881126>. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85111905133&doi=10.1080%2f15205436.2021.1881126&partnerID=40&md5=a2d8a9f96e091b60baf8fa13d7db2815>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **População em Situação de Rua**: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC, 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10741>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRIMBLECOMBE, N.; DORLING, D.; GREEN, M. Who still dies young in a rich city? Revisiting the case of Oxford. **Royal Geographical Journal**, [s. l.], v. 186, n. 2, p. 247–258, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/geoj.12336>. Disponível em: <https://rgs->

ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/geoj.12336. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRITO, C. *et al.* Modo de vida da população em situação de rua como potencializador do cuidado de COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l.], v. 74, n. suppl 1, p. 1–8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0832>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672021000800210&tlng=en. Acesso em: 27 out. 2023.

CARELESS, J. Trapped in liminality: homelessness in Toronto during COVID-19. **Studies in Political Economy**, [s. l.], v. 103, n. 3, p. 222–240, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/07078552.2022.2161225>. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85150964989&doi=10.1080%2f07078552.2022.2161225&partnerID=40&md5=fdc0cd37b48c02caddeb800d1dcf0a74>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CASARA, R. **Contra a miséria neoliberal**: Racionalidade, normatividade e imaginário. São Paulo, SP: Autonomia Literaria, 2021.

COGGIOLA, O. **História do Capitalismo I**: das Origens até a Primeira Guerra Mundial. Santiago: Ariadna Ediciones, 2017.

COLLINS, C. R.; STUART, F.; JANULIS, P. Policing gentrification or policing displacement? Testing the relationship between order maintenance policing and neighbourhood change in Los Angeles. **Urban Studies**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 414–433, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0042098021993354>. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85103085276&doi=10.1177%2f0042098021993354&partnerID=40&md5=def099c96a2918be3834a9f6f9b34f99>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me Chamam Rua, População, uma Situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 32, p. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100207&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOZIER, D. Contested Development: Homeless Property, Police Reform, and Resistance in Skid Row, LA. **International Journal of Urban and Regional Research**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 179–194, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12724>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2427.12724>. Acesso em: 29 mar. 2024.

EISENBERG, A. “A Shelter Can Tip the Scales Sometimes”: Disinvestment, Gentrification, and the Neighborhood Politics of Homelessness in 1980s New York City. **Journal of Urban History**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 915–931, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0096144217714762>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0096144217714762>. Acesso em: 15 mar. 2024.

EVANS, J.; COLLINS, D.; CHAI, C.-A. On thin ice: Assembling a resilient service hub. **Area**, [s. l.], v. 51, n. 3, p. 451–460, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/area.12448>. Disponível em: <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/area.12448>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FEANTSA. **ETHOS Typology on Homelessness and Housing Exclusion**. FEANTSA, 2005. Disponível em: <https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion?bcParent=27>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GILLESPIE, T.; HARDY, K.; WATT, P. Surplus to the city: Austerity urbanism, displacement and ‘letting die’. **EPA: Economy and Space**, [s. l.], v. 53, n. 7, p. 1713–1729, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0308518X211026323>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308518X211026323>. Acesso em: 1 abr. 2024.

HESS, P. M.; STEVENSON-BLYTHE, C. Infrastructural reuse projects, lost spaces, and spaces of homelessness: a case study on the Bentway in Toronto. **Journal of Urbanism**, [s. l.], 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/17549175.2022.2138950>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17549175.2022.2138950>. Acesso em: 5 abr. 2024.

HIAM, L. *et al.* Why has mortality in England and Wales been increasing? An iterative demographic analysis. **Journal of the Royal Society of Medicine**, [s. l.], v. 110, n. 4, p. 153–162, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0141076817693599>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0141076817693599>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MCINTOSH, A.; ANGUELOVSKI, I.; COLE, H. “The trauma machine expands faster than our services”: Health risks for unhoused people in an early-stage gentrifying area. **Health and Place**, [s. l.], v. 83, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2023.103035>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1353829223000722?via%3Dihub>. Acesso em: 11 mar. 2024.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012–2022)**. Nota Técnica. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

ONU. **United Nations Policy Brief: Covid-19 and the need for action on mental health**. Genebra, Suíça: Organização das Nações Unidas, 2020a. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief-covid_and_mental_health_final.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

ONU. ASAMBLEA GENERAL. **Directrices para la Aplicación del Derecho a una Vivienda Adecuada**: Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2019.

Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G19/353/93/PDF/G1935393.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ONU. CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL. **Comisión de Desarrollo Social 58º período de sesiones**. Seguimiento de la Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social y del vigésimo cuarto período extraordinario de sesiones de la Asamblea General: tema prioritario: viviendas asequibles y sistemas de protección social para todas las personas a fin de afrontar la falta de hogar. 2020b. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N20/037/51/PDF/N2003751.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ONU-HABITAT. Direitos à Habitação. **Housing Rights**. 2020c. Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/housing-rights>. Acesso em: 10 dez. 2023.

POMPEU, G. V. M.; SIQUEIRA, N. S.; PALHARES, T. C. da S. Vulnerabilidade de Pessoas em Situação de Rua e Pandemia da Covid - 19: isolamento social ou sustentabilidade econômica. **Revista Jurídica Unicuritiba**, [s. l.], v. 1, n. 63, p. 221–242, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/rqi.2018.37233>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/37233>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ROY, P. “Welcome in my backyard”aEuro|but on my terms: making sense of homeless exclusion from renewed urban spaces in Copenhagen. **GeoJournal**, [s. l.], v. 83, p. 289–304, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10708-017-9769-8>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10708-017-9769-8>. Acesso em: 19 mar. 2024.

RUIZ, M. S. *et al.* The Impact of Housing Insecurity on Access to Care and Services among People Who Use Drugs in Washington, DC. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s. l.], v. 19, n. 13, p. 1–15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph19137561>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/19/13/7561>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SASSEN, S. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SMITH, N. Gentrification and the Rent Gap. **Annals of the Association of American Geographers**, [s. l.], v. 77, n. 3, p. 462–465, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1987.tb00171.x>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.1987.tb00171.x>. Acesso em: 24 dez. 2023.

TIENGO, V. M. **População em Situação De Rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal**. 2016. 153 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/1b57afd5-6bbe-4f98-b41f-df5b64777fc8>. Acesso em: 24 jan. 2024.

VIANA, T. D. S. **A experiência de um refugiado: desenraizamento e enraizamento**. 2023. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo,

2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-30082023-122216>. Acesso em: 21 nov. 2023.

WACQUANT, L. Revisiting territories of relegation: Class, ethnicity and state in the making of advanced marginality. **Urban Studies**, [s. l.], v. 53, n. 6, p. 1077–1088, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0042098015613259>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0042098015613259>. Acesso em: 24 dez. 2023.

Financiamento

Esse artigo compõe a produção dos seguintes projetos: Projeto guarda-chuva “POBREZA, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE”, financiado através da Chamada CNPq Nº 69/2022 - BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO – PIBPG 2022 e “INVESTIGAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES NOS ESTADOS DORIO GRANDE DO SUL E AMAZONAS: contribuição para prevenção/mitigação de desastres adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência”, contemplado pelo Programa INOVA Fiocruz, Edital FAPERGS/FIOCRUZ 13/2022 – REDE SAÚDE – RS.

Agradecimentos

Os autores agradecem as entidades promotoras dos projetos, bem como à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que proporcionou o espaço físico para os encontros voltados a elaboração deste artigo.

Data de submissão: 10/09/2024

Data de aceite: 01/03/2025